VISÕES DE FUTURO PARA A CONSTRUÇÃO E PARA O BRASIL

O desempenho recente da economia brasileira tem sido frustrante para grande parte dos analistas, mesmo no próprio governo federal. O ano de 2014, por sua vez, é pontuado por uma série de eventos que lhe dão um caráter peculiar, com duas grandes mobilizações nacionais: a Copa e as eleições, fontes tanto de oportunidades como de incertezas. O certo é que nesse período será definido o futuro próximo do país e algumas perguntas são necessárias. Por que o Brasil não cresce de acordo com os anseios gerais? Qual a perspectiva para esse ano singular? Qual o papel da construção civil nesse contexto?

Para enriquecer o debate, seguem-se considerações de conhecedores privilegiados da realidade setorial e da economia brasileira. Mais do que eventuais divergências, ressalta-se a convergência no sentido de melhoria do ambiente de negócios, do imperativo de responsabilidade fiscal, de condução segura da política econômica, de condições institucionais claras e operacionais. Uma síntese possível é que a sociedade brasileira avançou muito nas últimas décadas e o desafio parece ser – agora mais do nunca – olhar para a frente com maturidade e esperança.

(Edney Cielici Dias e Ana Maria Castelo)



PAULO SKAF, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp)

"O Brasil precisa resgatar a sua competitividade"

Regras claras – Está na hora de fazer a coisa certa. Falta uma política estratégica que reduza o custo de investir e produzir no país. O governo tem que estabelecer regras claras e transparentes para gerar confiança e segurança jurídica que façam o empresário investir – e disposição para isso não falta. O Brasil precisa de uma reforma tributária ampla que, além de reduzir a carga de impostos, também reduza a burocracia para pagá-los. Os juros podem e devem cair até ficarem no patamar dos países com os quais concorremos e também há muito espaço para diminuir os spreads bancários. A meta de inflação precisa ser cumprida. O dólar tem que parar de oscilar, precisamos de uma política cambial bem calibrada e confiável. O governo tem que agir mais na política comercial. Estamos atrasados no comércio global e há muitos mercados desejando abrir as portas para nossos produtos. Já passou a hora de fazer deslanchar o programa de concessões de infraestrutura. Não dá para fazer planejamento logístico com estradas esburacadas, portos, aeroportos e ferrovias lentos, superados e completamente burocratizados. Tudo isso é atraso, é freio no crescimento. Em resumo: para crescer com todo o seu potencial, o Brasil precisa resgatar a sua competitividade.

30 anos de defasagem – Faz todo o sentido o mundo inteiro estar de olho no Brasil. Aqui, as perspectivas de investimentos de longo prazo são imensas e diversificadas. Há praticamente todo um novo país para ser construído. Considerar que na nossa infraestrutura, defasada em pelo menos 30 anos, tem muito a ser feito. Para conseguirmos extrair todo o petróleo previsto nos campos de pré-sal, o que nos tornará um dos maiores produtores mundiais, precisaremos também de muitos parceiros e recursos. E o que dizer, então, do padrão de consumo e qualidade de vida dos brasileiros, que também continuará evoluindo? Só esses poucos exemplos dão uma ideia do tamanho do horizonte que o Brasil oferece para quem quer investir. Resta saber se o governo saberá planejar bem esse futuro, tirar o melhor proveito para todos os brasileiros. A Fiesp produziu e divulgou recentemente um estudo, muito bem fundamentado, no qual indica um objetivo claro: concentrar esforços para dobrar a renda per capita nos próximos 15 anos, de praticamente 11 mil dólares em 2014 para 22 mil dólares em 2029. É evidente que será um desafio enorme. O país precisará crescer a uma taxa anual de 5,3%, mais do que os economistas preveem para este e o próximo ano. Mas não é impossível chegar lá.

Custo Brasil – Nossa expectativa é de que o governo consiga remover entraves e fazer deslanchar o programa de concessões, atraindo os investimentos que o Brasil precisa para crescer e melhorar a sua infraestrutura. E vamos torcer muito para que a economia esteja no centro dos debates políticos em 2014, no sentido de que o país precisa de uma política econômica estratégica centrada na redução do Custo Brasil e no resgate da competitividade.

PAULO GODOY, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

"No modelo de concessão, quem consome paga"

Solução para o investimento – O Brasil precisa destravar o investimento. O investimento em infraestrutura impulsiona crescimento econômico com pouca pressão inflacionária. É fundamental considerar também as externalidades positivas com melhoria da qualidade de vida, redução dos gargalos econômicos e aumento da competitividade. Então o crescimento do Brasil por anos seguidos, de forma ininterrupta, passa pelo aumento do investimento em infraestrutura, sobretudo em projetos estruturantes, aqueles com capacidade de remover problemas crônicos da nossa economia e das nossas cidades.

Metas – Ainda não temos um número que aponte como ficará o investimento em 2013 e 2014 no setor de infraestrutura, mas temos a convicção que, no longo prazo, há tendência de crescimento. Temos trabalhado para viabilizar os projetos de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias. Temos apoiado os planos dos Estados nas áreas de transporte e mobilidade urbana. Insistimos na necessidade de ampliar a participação privada na expansão da infraestrutura de saneamento básico no Brasil, mas ainda há muita ideologia política impedindo essa diretriz. No entanto, acreditamos que é possível acelerar os atuais níveis de investimento em infraestrutura e, para isso, precisamos que as instituições e governos tenham mais disposição política e eficiência administrativa, mesmo com todas as limitações que conhecemos que são criadas pela burocracia e pela oposição de visão de alguns órgãos ou setores da administração pública. Em 2012, o Brasil investiu algo em torno de 2,5% do PIB em infraestrutura, considerando os setores de saneamento básico, transportes, energia elétrica e telecomunicações. Se incluirmos petróleo e gás natural, investimos 4,5% do PIB em 2012. Temos de trabalhar para atingir 4,0 % do PIB em investimento em infraestrutura, sem considerar petróleo e gás, até 2016. Isso seria fundamental para a economia crescer com sustentabilidade, com inclusão e desenvolvimento social. Por isso os programas de concessão nos setores de infraestrutura são tão importantes.

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA

"O governo tem que estabelecer regras claras e transparentes para gerar confiança e segurança jurídica que façam o empresário investir – e disposição para isso não falta."
Paulo Skaff

"Nos últimos anos, temos sentido uma deterioração crescente no ambiente de negócios. O ânimo dos investidores anda baixo. Na construção civil, isso se reflete de várias maneiras."
Sergio Watanabe

Concessões – O balanço do modelo de concessões no Brasil é extremamente positivo. O modelo brasileiro inclui a presença de concessionárias públicas e privadas se responsabilizando por investimentos em projetos de infraestrutura mediante contratos com cláusulas, metas de qualidade e obrigações diversas. Em todos os setores, é nítido o avanço que houve na oferta de serviços públicos dos investimentos viabilizados pelas concessões. Mas temos de ir mais rápido, avançar mais e sermos mais ousados nas metas. Temos um desafio gigantesco que é aumentar a oferta de serviços de infraestrutura e melhorar a qualidade deles. Tenho plena certeza que só conseguiremos fazer frente a esses desafios se intensificarmos o uso do modelo de concessões, incluindo as parcerias público-privadas em todos os setores de infraestrutura.

O Brasil precisa aproveitar com mais intensidade os recursos privados disponíveis para infraestrutura. Estados e municípios, com o apoio financeiro do governo federal e das concessionárias, têm condições de começar já um amplo pacote de investimentos nas áreas de infraestrutura, com planejamento, viabilidade econômica, sólidas estruturas de financiamento, com objetivo de reduzir o caos cotidiano das cidades grandes e médias.

O modelo de concessão e autorização já foi amplamente experimentado nos diversos setores de infraestrutura, incluindo energia elétrica, saneamento básico, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos e, mais recentemente, em metrôs e aeroportos. Com a conjugação de regulação estável e regras claras e atrativas de competição, taxas de retorno atrativas ao setor privado, é o modelo mais apropriado para ampliar a oferta de serviços, melhorar a qualidade e proporcionar um preço justo. Os contratos impõem metas e responsabilidades às empresas e tudo é fiscalizado e regulado por agências reguladoras independentes – inclusive as tarifas. Há penalidades em caso de descumprimento de obrigações relativas a expansão e qualidade.

Não podemos esquecer que o modelo de concessão também é mais justo. No modelo de concessão, quem consome paga. No modelo de investimento público, quem paga não necessariamente consome.

SERGIO WATANABE, presidente do SindusCon-SP

"Há uma questão fundamental: o ambiente de negócios"

Ponto central – Há uma questão fundamental que precisa ser profundamente modificada no Brasil. Ela é relevante não somente para que o Brasil volte a crescer, como para o país sustentar um crescimento expressivo ao longo dos anos: o ambiente de negócios.

Nos últimos anos, temos sentido uma deterioração crescente no ambiente de negócios. O ânimo dos investidores anda baixo, e isso não acontece somente por conta de artifícios contábeis do governo nas contas públicas. Na construção civil, isso se reflete de várias maneiras. Para citar algumas, lembro a instituição do RDC (Regime Diferenciado de Contratação) nas licitações de obras públicas, o estabelecimento de limites à lucratividade nas concessões de serviços públicos, as legislações que confundem terceirização com trabalho escravo, a desatualização das composições de preços que balizam as licitações públicas. A carga tributária continua elevada. O aumento da Planta Genérica de Valores no município de São Paulo conduziu à elevação desmedida do IPTU. A desoneração da folha de pagamentos beneficiou algumas empresas, mas prejudicou outras, especialmente aquelas que conseguiram diminuir a utilização intensiva de mão de obra mediante o aumento da mecanização no canteiro de obra. Irregularidades contra construtoras como as cometidas pelos fiscais do ISS que foram presos recentemente na capital paulista também são fonte crônica de mal-estar no ambiente de negócios.

Competição – Considerando que a construção vive um ambiente de pleno emprego e que precisa investir em produtividade a fim de se preparar para um novo ciclo de crescimento, o setor precisará continuar os investimentos já iniciados. Isso significará investir em capacitação profissional, novas tecnologias, mecanização e melhora dos processos construtivos e de gestão. Esses investimentos serão imperativos também porque a concorrência deverá se acirrar e naturalmente quem investir obterá uma maior eficiência, fundamental para permanecer no mercado.

Minha Casa, Minha Vida – Vejo perspectivas de um crescimento moderado na área imobiliária. A construção imobiliária nos grandes centros urbanos de São Paulo e de alguns outros Estados deverá crescer, em função do aumento dos lançamentos e vendas registrado em 2013. Diversos estudos apontam um crescimento contínuo da demanda imobiliária até 2022 e esse segmento deverá seguir sua expansão. Já em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, há incerteza. Embora o programa seja fundamental para atender a maior parte do déficit habitacional que se situa na baixa renda, dois fatores estão desanimando os investidores: a falta de uma perenização do MCMV e do reajuste dos valores pagos pelo governo para a produção. É preciso que o governo transforme o programa numa política de Estado, ou que ao menos adiante o início da sua prometida fase 3. Também é necessário haver o reajuste dos valores, porque os custos de construção têm um aumento de cerca de 8% no ano e, sem reajuste por mais de um ano, os investidores se afastam. No segmento de construção industrial, pode ser que a elevação do dólar estimule a retomada dos investimentos industriais, o que poderá conduzir ao aumento do número de obras para esse setor.

INVESTIMENTO

"Temos de trabalhar para atingir 4,0% do PIB em investimento em infraestrutura, sem considerar os valores em petróleo e gás, até 2016."
Paulo Godoy

"Os investimentos em infraestrutura não decolam em razão do excesso de burocracia e da falta de vontade política do governo federal em entender que a iniciativa privada não pode ser tutelada em seus ganhos."
Celso Petrucci

ODAIR SENRA, diretor de Relações Institucionais da Gafisa

"O setor imobiliário anda bem quando a confiança da população está em alta"

Horizonte de competitividade – O restabelecimento da política econômica baseada no tripé econômico (meta de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal), menor interferência do poder público nas decisões de investimento do setor privado e respeito aos contratos criariam o ambiente econômico necessário para que o setor privado volte a investir no país, principalmente em infraestrutura. Por um lado, nos últimos anos, milhões de pessoas migraram para a classe média e hoje formam um enorme mercado de consumo doméstico, tanto por ganho real em salários como por um importante aumento do acesso ao crédito. Por outro lado, o Brasil não se preparou para ofertar produtos e serviços adequados para essa nova classe consumidora. O nosso desafio agora será aumentar a capacidade de oferta de nossa economia, seja através de investimentos e, em algum grau, promovendo maior abertura do país a produtos e serviços importados (principalmente naqueles em o Brasil não seja competitivo internacionalmente). No longo prazo, o país terá que pensar em

reformar seus sistemas tributário e trabalhista (sem falar numa necessária reforma política) e aumentar vultosamente os investimentos (e a eficiência desses investimentos) na educação, de forma a buscar gradativo aumento de produtividade do trabalhador brasileiro e colocar as empresas brasileiras em condições de competir no mercado internacional.

País a ser construído – No mercado imobiliário, minha visão geral é de que a penetração de imóveis no Brasil ainda é baixa e o estoque, na maioria das vezes, de má qualidade. Então vejo, num olhar mais macro, as perspectivas para esse setor como boas. Claro que as boas decisões de investimento no setor imobiliário precisarão de um olhar microeconômico mais refinado, uma vez que os últimos anos foram de muita exuberância no setor, com lançamentos nem sempre de produtos corretos para a região/localidade e, desta forma, não fará sentido lançar nada novo por algum tempo, em algumas regiões. Observei nesses muitos anos de vida profissional que o mercado imobiliário no Brasil sempre foi cíclico por conta da descontinuidade de linhas de financiamento aos adquirentes e aos empreendedores, porém, hoje, sentimos que esses *fundings* imprescindíveis para o setor existem e deverão se manter por muitos anos.

Ano curto – 2014 será um ano bastante atípico para o Brasil. Então, para o mercado imobiliário será um ano relativamente curto. Por isso, acho que teremos um 1º semestre mais forte e um 2º semestre mais fraco – a tendência é que ocorra antecipação de decisões de compra para o 1º semestre, o que pode turbinar seus resultados se comparado com séries históricas. Além dos eventos extraordinários de 2014, temos questões macroeconômicas que poderão ditar o ritmo do setor em 2014, pois nos próximos meses o governo Dilma terá que tomar difíceis decisões no sentido de manter a política expansionista adotada desde a crise de 2009 ou buscar maior equilíbrio fiscal. O risco de manter as atuais políticas fiscal e monetária, tentando controlar a inflação por meio da administração de preços, será resultar num descontrole inflacionário, com perda real no salário do trabalhador e aumento do desemprego. Para não arriscar seu projeto político de reeleição, acredito que a presidente tenderá a buscar maior equilíbrio fiscal e permitir ao Banco Central a elevação dos juros básico da economia, e tais medidas podem ajudar a restaurar a confiança do empresário e da família brasileira. O setor imobiliário anda bem quando a confiança da população em geral está em alta.

CONCESSÕES

"O balanço do modelo de concessões no Brasil é extremamente positivo. O país precisa aproveitar com mais intensidade os recursos privados disponíveis para infraestrutura."
Paulo Godoy

"O governo federal demorou a aceitar o modelo de parceria. Os projetos de concessões anunciados caminham num frenético vaivém de regras que desorienta as empresas e traz insegurança."
Carlos Eduardo Lima Jorge

SILVIA MATTOS, doutora em economia e pesquisadora da FGV-Ibre

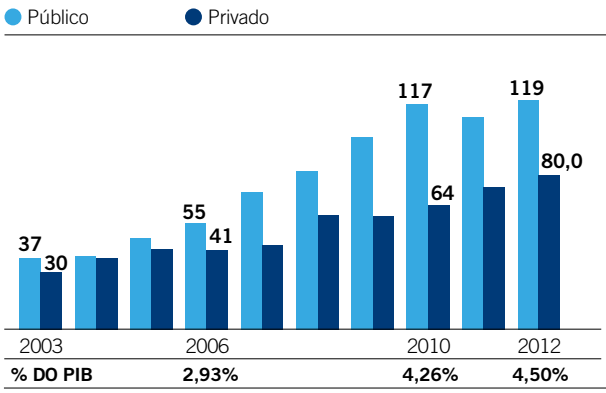
"Um novo ciclo de reformas poderia aumentar significativamente a eficiência da economia"

Eficiência – O Brasil só passará por um novo ciclo de crescimento sustentável se conseguir adotar medidas que aumentem o investimento e a eficiência da economia. Estas são medidas que elevam a capacidade produtiva de nosso país. Um novo ciclo de reformas institucionais (como a trabalhista e tributária), bem como a melhora no ambiente de negócios (redução da burocracia, simplificação de leis etc.) poderia aumentar significativamente a eficiência da economia. Outro aspecto a ser destacado é o programa concessões na área de infraestrutura. Há diversos estudos que mostram a importância do investimento em infraestrutura no desenvolvimento de economias emergentes: impulsionam a produtividade e, consequentemente, o crescimento econômico. Mas não podemos nos esquecer de que o Brasil tem passado por mudanças demográficas relevantes, a taxa de crescimento da população vem decrescendo e a população está envelhecendo, assim a contribuição da força de trabalho para o crescimento do PIB será cada vez menor. É claro que temos que elevar também a qualidade da educação para melhorar a produtividade da mão de obra.

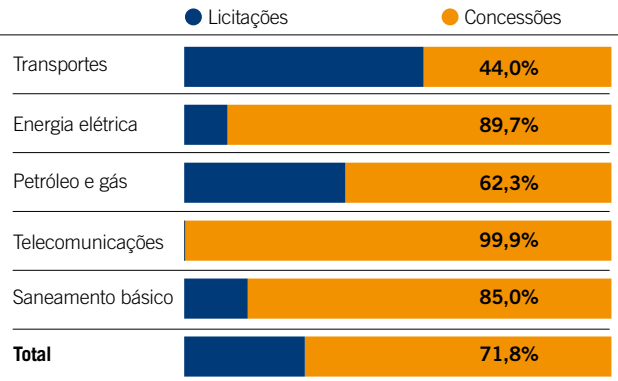
Poupança doméstica – Como o Brasil é um país com uma taxa de investimento muito baixa, há ainda um caminho longo a ser percorrido. A nossa atual taxa de investimento encontra-se em torno de 18,5% do PIB, bem menor que a taxa de países como Colômbia (27,5%), Chile (27%), México (22%) e Peru (29%). Mas, para que o Brasil inicie este novo ciclo de investimentos, temos que superar um grande obstáculo: a baixa poupança doméstica.

Como temos baixa poupança doméstica, ciclos de investimento elevam a necessidade de absorção de poupança externa (contabilmente igual ao déficit em conta corrente). E há evidências que essa dependência aumentou nas duas últimas décadas. Esse fato foi observado no período recente, no qual a economia apresentou um crescimento expressivo, quando no segundo governo Lula cresceu à taxa média de 4,5% ao ano por quatro anos. No início do processo, em 2004, apresentávamos uma taxa de poupança de

Investimento em infraestrutura em R$ bilhões e percentual do PIB – preços 2012



Distribuição do investimento em infraestrutura de licitações e concessões entre 2003-2012 (%)



Fonte: Abdib.

18% do PIB para uma taxa de investimento de 17% do PIB. O excedente de 1% do PIB era a poupança que exportamos em 2004. Em 2008, com o fim deste ciclo de crescimento, apresentamos taxa de poupança na casa 18,8% do PIB e taxa de investimento de 20,7% do PIB, o que correspondeu a uma poupança externa de 1,9% do PIB. Ou seja, a maior parte do crescimento da taxa de investimento no período foi permitida por elevação da poupança externa e não da poupança doméstica.

No entanto, recentemente já estamos em um patamar elevado de déficit em conta corrente, acima de 3,5% do PIB, mesmo sem estarmos passando por um ciclo elevado de investimento. Por isso há preocupação com relação à questão da vulnerabilidade externa, caso este déficit se eleve ainda mais. Então, para que isso não ocorra, temos que investir em setores que possam elevar a nossa capacidade de exportação. Sem dúvida, o investimento no pré-sal pode ser uma grande oportunidade.

Tempos difíceis – Avalio que 2014 ainda será um ano difícil. Além das incertezas com relação à disputa eleitoral, há ainda muita incerteza com relação ao cenário externo. Não podemos descartar um cenário mais adverso para o Brasil em 2014, com uma nova rodada de fortalecimento do dólar e, consequentemente, de depreciação de nossa moeda. Dependendo da intensidade desse movimento, as pressões inflacionárias podem ser mais fortes, necessitando de um aperto monetário mais intenso. Além disso, a herança da política fiscal para 2014 também não dá margem a muito otimismo. Há muita dificuldade para o cumprimento de metas de superávit primário da ordem de 1,5% do PIB sem descontar as despesas do PAC. Por fim, a atividade econômica continua em um ritmo muito fraco. Nossa previsão de crescimento do PIB para este ano é de 2,5%. Para 2014, é esperado um crescimento menor, de 1,8%. Mesmo em um cenário não tão adverso, temos que manter a inflação sob controle, então o crescimento será penalizado.

HABITAÇÃO

"Minha visão do mercado imobiliário é de que a penetração de imóveis no Brasil ainda é baixa e o estoque, na maioria das vezes, de má qualidade. Vejo as perspectivas para esse setor como boas."
Odair Senra

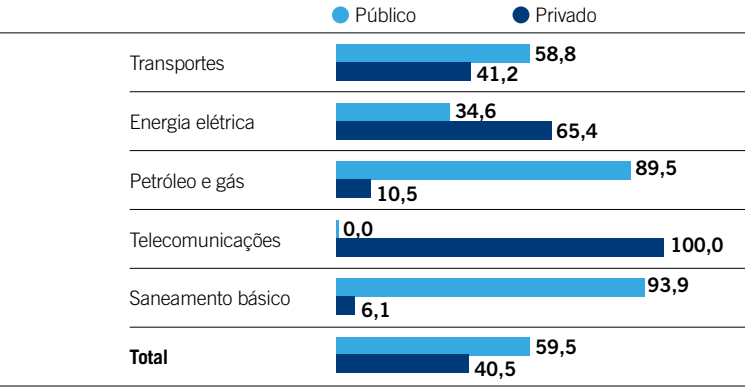
"Dois fatores estão desanimando os investidores no Minha Casa, Minha Vida: a falta de uma perenização do programa e do reajuste dos valores pagos pelo governo para a produção."
Sergio Watanabe

FRANCISCO HUMBERTO VIGNOLI, professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da EAESP-FGV

"Estamos falando de um crescimento econômico qualificado pela redução da desigualdade socioeconômica"

Papel do setor privado – A economia brasileira deverá crescer entre 2,5% e 2,8% do PIB em 2013, muito aquém das taxas vigorosas que se espera já há algum tempo, mas superior ao que analistas nacionais e estrangeiros vaticinavam desde o início do ano. Fruto da perda de dinamismo de alguns setores industriais e, principalmente, da morosidade nos resultados dos investimentos em infraestrutura, esse baixo crescimento não deve ser considerado tão grave, principalmente quando se verifica o comportamento da economia mundial (o que influencia esse baixo crescimento) e a baixa taxa de desemprego na economia brasileira (em torno de 5% da PEA), situação muito confortável

Investimentos setoriais em infraestrutura entre 2003 e 2012 (%)



se comparada à de outras economias.

Como o PIB no longo prazo é determinado pelo investimento e a produtividade, ou seja, pela expansão da capacidade produtiva, a adoção de medidas governamentais para estimular o aumento do investimento, tanto aqueles direcionados à infraestrutura como em educação e inovação, é fundamental para que o país volte a crescer.

É necessário lembrar que estamos falando de um crescimento econômico qualificado pela redução da desigualdade socioeconômica, com manutenção da política de aumento real do salário mínimo e manutenção e fortalecimento dos programas de transferência condicionada de renda. Portanto esse crescimento econômico deve também ser estimulado pela recuperação do dinamismo dos investimentos privados, impulsionado pelo aproveitamento das condições objetivas proporcionadas pela orientação dada à política econômica. Nesse sentido, é fundamental que o setor privado aproveite as condições institucionais que estão dadas (e os estímulos) e apostem na inovação, na educação e na capacitação de sua força de trabalho, invertendo uma tendência de se priorizar o mundo das finanças em detrimento do da produção.

Perspectivas de investimento – Se considerarmos os resultados do leilão do campo de Libra e, mais recentemente, o fato de cinco consórcios participarem do leilão pelas concessões dos aeroportos do Galeão e de Confins, as perspectivas são boas. Além de grupos nacionais, participarão desse leilão operadoras dos aeroportos de Londres, Paris, Frankfurt entre outros, o que demonstra o interesse do investidor externo.

Mas, para que essas perspectivas se confirmem e o investimento de longo prazo se realize, é necessário que fique bem claro que a orientação da política econômica do governo está baseada na estabilidade macroeconômica, na ampliação do mercado interno, nos estímulos aos investimentos privados (internos e externos) e nos investimentos em educação e inovação.

Para tanto, o governo precisa, urgentemente, melhorar sua capacidade de comunicação, de forma a reverter expectativas que têm um traço pessimista sem justificativas fundadas, inclusive estatisticamente. Nesse sentido, precisa deixar absolutamente claro para o conjunto da sociedade que:

- A eesponsabilidade fiscal vai ser mantida. Das economias do G20, o Brasil será uma das poucas a apresentar resultado primário positivo em 2013;
- A inflação será mantida sob controle;
- O regime de câmbio flutuante será mantido;
- Os investimentos em infraestrutura serão ampliados, não só pelo redirecionamento da participação do BNDES, como pela atração do sistema financeiro privado em financiamentos de projetos de longo prazo;
- O investimento em educação será ampliado, atingindo 10% do PIB nos próximos cinco anos, com o incremento representado pelos *royalties*.

BAIXO CRESCIMENTO

"Nossa previsão de crescimento do PIB para este ano é de 2,5%. Para 2014, é esperado um crescimento menor, de 1,8%."
Silvia Mattos

"O baixo crescimento da economia não deve ser considerado tão grave principalmente quando se verifica o comportamento da economia mundial e a baixa taxa de desemprego na economia brasileira."
Francisco Vignoli

CELSO PETRUCCI, economista-chefe do Secovi-SP

"A construção civil deverá agora crescer de acordo com o crescimento do país"

Esgotamento – Acredito que o país já tenha "explorado" o crescimento somente se aproveitando da melhoria de mobilidade social, pelo consumo e pela oferta de crédito. No segundo governo Lula, o país deixou de lado a oportunidade de propor mudanças nos marcos regulatórios que afetam muito o crescimento. Só para lembrar algumas reformas que ficaram para trás: a política e a trabalhista, fundamentais para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos. Agora, após um período de ouro, durante o qual surfamos no crescimento internacional, o país se encontra em dificuldades para potencializar seu crescimento. Os investimentos em infraestrutura não decolam em razão do excesso de burocracia e da falta de vontade política do governo federal em entender que a iniciativa privada não pode ser tutelada em seus

ganhos e somente entrará no jogo, definitivamente, quando sentir que há segurança jurídica nas operações desenhadas e perspectivas de boas rentabilidades. Essa falta de investimentos, aliada ao aumento dos gastos públicos e à piora do cenário das dívidas internas e externas, também poderá levar o Brasil à perda do *investiment grade*, o que tornará mais criteriosa e encarecerá a captação de recursos externos.

Construção no ritmo do país – Minha percepção é de que a atividade da construção civil, que nos últimos anos cresceu mais que o PIB nacional, deverá, agora, crescer de acordo com o crescimento do país. Isso poderá acontecer porque a atividade da construção civil imobiliária colaborou bastante com a construção nos últimos anos, mormente em 2010, e deverá, em 2013 e 2014, se manter no mesmo patamar de lançamentos e vendas de 2012, ou muito próximo. Assim, a atividade dependerá mais dos investimentos em infraestrutura do que da atividade imobiliária que, em nossa opinião, quando avaliamos os (poucos) dados disponíveis no país, deverá atravessar período de ajustes entre oferta e demanda.

Mercado imobiliário – A cidade de São Paulo, nos últimos 10 anos, absorveu demanda de 30 mil a 35 mil unidades residenciais por ano. O mercado em 2013, pesquisado até setembro, vem apresentando um crescimento surpreendente tanto nos lançamentos quanto nas vendas, descolado dos indicadores da economia nacional. Costumo afirmar que o incorporador imobiliário se adequa às novas demandas dos consumidores, e mesmo enfrentando obstáculos (falta de terrenos, o excesso de burocracia no licenciamento e o aumento de preços), vem fazendo satisfatoriamente a lição de casa. Projetamos para 2014 um crescimento na ordem de 5% sobre 2013, o que será bom se considerarmos que teremos um ano atípico.

CARLOS EDUARDO LIMA JORGE, secretário-executivo da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

"Para as empresas, o PAC deixou de representar uma vigorosa expectativa"

Mudança de postura – O Brasil tem crescido nos últimos anos a taxas muito aquém do necessário ou mesmo do desejado pelos governantes. As causas disso são várias, mas uma em especial se destaca e acredito que seu enfrentamento alavancaria um conjunto de ações positivas para o crescimento do país. Trata-se do descontrole das contas públicas, pressionadas pelos crescentes gastos com custeio e programas assistencialistas, em detrimento dos investimentos. Uma mudança de postura do governo federal em relação a essas despesas significaria importante sinal para investidores nacionais e estrangeiros.

Percebendo a permanência das dificuldades de operacionalização do conjunto de obras envolvidas no PAC, dificuldades essas que restringem a velocidade de execução dos projetos, o governo federal jogou suas fichas no programa de concessões de infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, aeroportos, portos), procurando atrair a parceria com o capital privado.

Para as empresas que executam obras de infraestrutura, o PAC deixou de representar uma vigorosa expectativa de expansão do mercado de trabalho, seja pela lentidão dos projetos, seja pela baixa rentabilidade que estes têm representado (preços irreais, demora na aprovação de projetos, atraso nos pagamentos). Mas é claro, as obras do PAC continuarão – ao menos em 2014 – a representar importante parcela de negócios para as empresas.

A novidade para essas empresas seria o deslanche do programa de concessões de infraestrutura, o que de fato acabou não acontecendo em 2013. O governo federal demorou a aceitar o modelo de parceria com o capital privado como forma de agilização de investimentos. E quando superou as barreiras ideológicas, o fez mais por necessidade do que por convicção.

O fato é que os projetos de concessões anunciados caminham num frenético vaivém de regras que desorienta as empresas e traz insegurança aos investidores. Falta ao governo assegurar a estabilidade das regras, de forma a reduzir o risco regulatório e consequentemente o custo do capital – permitindo o aumento do investimento privado.

O ano de 2013 poderia ter significado o período de deslanche das licitações para concessões de infraestrutura, com reflexos muito positivos para a economia em 2014. Infelizmente isso não ocorreu. O ano de 2014 será um ano regido pelo calendário eleitoral e consequentemente pelos parâmetros que ganham força e interesse num clima de disputa política: lançamento de programas sem a respectiva base de sustentação; pressões para gastos; crescimento do assistencialismo; loteamento político de cargos; tentativa de controle inflacionário a qualquer custo. Nesse provável cenário, 2014 deverá apresentar taxa de crescimento igual ou menor a de 2013.

REFORMAS

"São necessárias medidas que aumentem o investimento e a eficiência da economia."
Silvia Mattos

"O país deixou de lado a oportunidade de propor mudanças nos marcos regulatórios que afetam o crescimento. Só para lembrar de algumas reformas que ficaram para trás: a política e a trabalhista, fundamentais para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos."
Celso Petrucci